



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS INSTITUTO DE GEOGRAFIA,
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE CURSO DE LICENCIATURA EM
GEOGRAFIA EAD**

JORDÂNIA IZEQUIEL DOS SANTOS

**A PRODUÇÃO DA MORADIA NO ESPAÇO URBANO DE ARAPIRACA/AL: UMA
ANÁLISE SOCIOESPACIAL DO RESIDENCIAL AGRESTE**

Maceió

2019



JORDÂNIA IZEQUIEL DOS SANTOS

A PRODUÇÃO DA MORADIA NO ESPAÇO URBANO DE ARAPIRACA/AL: UMA
ANÁLISE SOCIOESPACIAL DO RESIDENCIAL AGRESTE

Artigo científico apresentado ao curso de Licenciatura em Geografia EAD do Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Orientador: Prof^o MSc Renato Braga
Correia

Maceió

2019



ATA DE DEFESA PÚBLICA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA EAD

Ao(s) 20 dia(s) do mês de dezembro de 2019 às 13 horas, em sessão pública na sala 304 do bloco 06, do Av. Lourival Melo Mota, s/n, Tabuleiro do Martins, Maceió - AL, CEP 57072-900, na presença da Banca Examinadora presidida pelo(a) Professor(a), Orientador(a) Renato Braga Correia

composta pelos examinadores:

Membro 01 Verônica Amaral Gurgel

Membro 02 Carla Pereira de S. S.

O(a) aluno(a) Jadônia Izeguil dos Santos

apresentou o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado:

A produção de mídia no espaço urbano de
Aracaju (AL) é uma análise sociopaulista do
requisito curricular indispensável para a integralização do Curso de Licenciatura em

Geografia EaD. Após reunião em sessão reservada, a Banca Examinadora deliberou e decidiu em aprovar () reprovar o referido trabalho, divulgando o resultado formalmente ao aluno e demais presentes. E eu, na qualidade de Presidente da Banca, lavrei a presente ATA que será assinada por mim, pelos demais examinadores e pelo aluno.

Renato Braga Correia
Presidente e Orientador(a)

Verônica Amaral Gurgel
Membro 01

Carla Pereira de S. S.
Membro 02

Jadônia Izeguil dos Santos
Aluno



A PRODUÇÃO DA MORADIA NO ESPAÇO URBANO DE ARAPIRACA/AL: UMA ANÁLISE SOCIOESPACIAL DO RESIDENCIAL AGRESTE

Jordânia Izequiel dos Santos¹

Renato Braga Correia²

Resumo: O setor imobiliário cresceu significativamente na cidade de Arapiraca, no estado de Alagoas. Esse crescimento se expandiu tanto nas áreas centrais, quanto periféricas da cidade, reorganizando o espaço urbano sob a égide do mercado imobiliário. Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar a produção da moradia popular no município de Arapiraca, tendo como o objeto análise o Conjunto Habitacional de Interesse Social Residencial Agreste. Verificou-se como ocorreu acesso à moradia à população residente do conjunto, bem como os serviços necessários a reprodução da vida na cidade como o saneamento básico, a saúde pública, o acesso à educação e segurança, que são fornecidos através do Estado. Para o desenvolvimento da pesquisa foram realizados levantamento bibliográfico em artigos, dissertações, teses e livros científicos; consultas no Setor de Habitação da Prefeitura de Arapiraca; aplicação de questionário aos moradores residentes; e registro fotográfico da área de estudo. Através da pesquisa fica evidente a necessidade de planejamento no atendimento de serviços fornecidos por o Estado para a população que irá residir no empreendimento, pois o mesmo apresenta falhas no fornecimento desses serviços, o conjunto possui infraestrutura precária dificultando diariamente a vida da população do conjunto. A pesquisa demonstra também a importância de programas como o Programa Minha Casa Minha Vida, que possibilitam a oportunidade de moradia para população de menor poder aquisitivo.

Palavras-chave: Produção do espaço, Moradia popular, Conjunto Habitacional de Interesse Social

Abstract: The real estate sector grew significantly in the city of Arapiraca, in the state of Alagoas. This growth expanded in both the central and peripheral areas of the city, reorganizing the urban space under the aegis of the real estate market. Thus, the present study aims to analyze the production of popular housing in the municipality of Arapiraca, with the object of analysis the Housing Estate of Agreste Residential Social Interest. It was verified how access to housing occurred to the resident population of the group, as well as the necessary services to reproduce life in the city such as sanitation, public health, access to education and security, which are provided through the state. For the development of the research were conducted bibliographic survey in articles, dissertations, theses and scientific books; consultations at the Housing Sector of Arapiraca Prefecture; questionnaire applied to resident residents; and photographic record of the study area. From the research it becomes evident the necessity of planning in the attendance of services provided by the state for the population that will reside in the enterprise, because it has failed to provide these services, the set has a precarious structure that makes daily life difficult for the population of the set. The research also demonstrates the importance of programs such as the Minha Casa Minha Vida Program, that enable the opportunity for housing for the population with lower purchasing Power.

Keyword: Space production, Popular housing, Housing Development of Social Interest

¹Discente do curso Geografia Licenciatura EAD da Universidade Federal de Alagoas/ Universidade Aberta do Brasil (UFAL/UAB). E-mail: jordania-izequiel.20@hotmail.com

²Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Alagoas e Professor da Universidade Aberta do Brasil e Rede Pública Estadual de Ensino de Alagoas. E-mail: renato.braga@hotmail.com

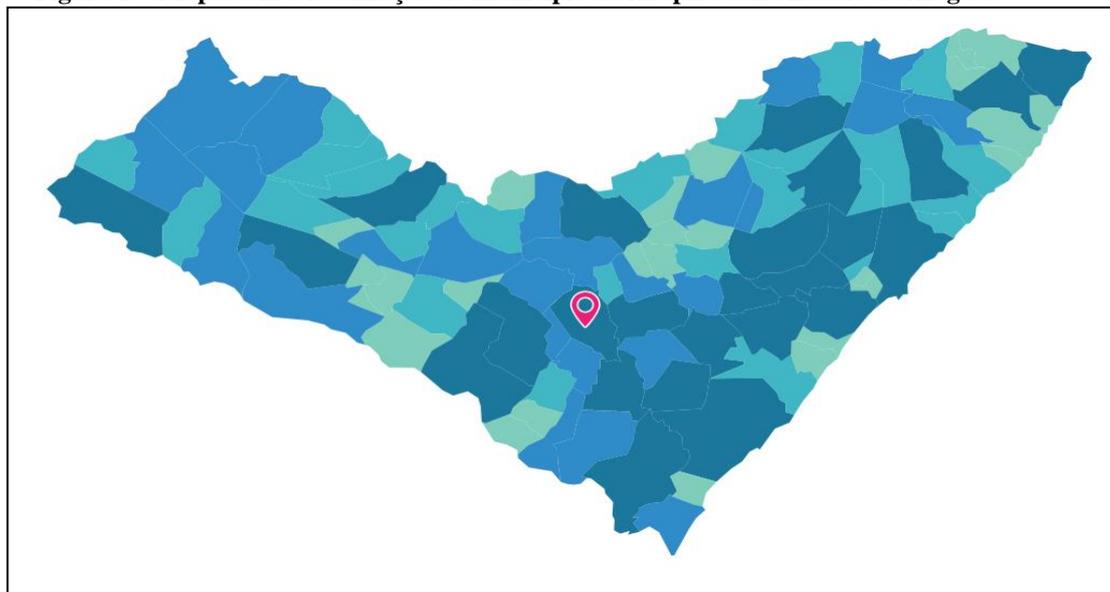
1. INTRODUÇÃO

O presente artigo partiu de um estudo sobre a produção do espaço urbano de Arapiraca a partir da análise de um conjunto de Habitação de Interesse Social. Logo, o estudo buscou verificar como ocorreu acesso à moradia à população residente do conjunto, bem como os serviços necessários a reprodução da vida na cidade como o saneamento básico, a saúde pública, o acesso à educação e segurança, que são fornecidos através do Estado.

Neste sentido, o estudo foi desenvolvido no Conjunto Habitacional de Interesse Social no Residencial Agreste, que se localiza na Fazenda Velha, no perímetro urbano de Arapiraca, próximo à Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus Arapiraca no Estado de Alagoas, entre os períodos de 2018 a 2019.

De acordo com dados disponibilizados pelo site oficial da Prefeitura Municipal de Arapiraca em 2017, a cidade é a segunda maior do Estado de Alagoas, limitando-se ao norte com o município de Igaci, ao sul com o município de São Sebastião, leste com os municípios de Coité do Noia e Limoeiro de Anadia, oeste com os municípios de Lagoa da Canoa, Girau do Ponciano e Feira Grande. Arapiraca está localizada na mesorregião Agreste do estado de Alagoas, conforme figura 1.

Figura 1 – Mapa com a localização do município de Arapiraca no Estado de Alagoas



Fonte: IBGE. Acesso em: 12 nov. 2019.

De acordo com dados disponibilizados em 2017 pela Prefeitura de Arapiraca, o município ficou conhecido nas décadas de 70 e 80, como a “Capital brasileira do Fumo” devido o município ser um dos maiores produtores de tabaco do país.

Segundo o IBGE (2017), a população no senso do ano de 2010 do município era de 214.006 pessoas, a população estimada para o ano de 2018 era de 230.417 pessoas, com 84,8% da população residente sendo da área urbana e 15,2% da população residente na zona rural, a densidade demográfica 600,83 hab./km² e sua área da unidade territorial é de 345,655 km².

O IBGE (2017) também aponta que 19,1% dos domicílios do município apresentam esgotamento sanitário adequado, 74,4% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada com presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio.

A pesquisa é de caráter qualitativo e quantitativo, tendo como coleta de dados, questionários abertos, levantamento em sites do IBGE, Prefeitura Municipal de Arapiraca, construção de acervos iconográficos, visitas periódicas ao residencial em estudo e a prefeitura do município, na qual possibilitou o desenvolvimento da pesquisa, a fim de identificar o papel do Estado na Produção de Infraestrutura e equipamentos urbanos no processo de exclusão socioespacial.

Sabe-se que o interesse do setor imobiliário vem ocorrendo nas chamadas “franjas urbanas”, ou seja, mais distante das áreas centrais, como ocorre no Conjunto Habitacional de interesse social Residencial Agreste, em que a população residente no conjunto foi favorecida com o programa do Governo Federal “Minha Casa Minha Vida³”, que possibilita a aquisição da casa própria.

Rodrigues (1994, p. 54) aponta algumas mudanças no processo de urbanização com participação do Estado.

temos visto no Brasil mudanças significativas no processo de urbanização e uma crescente intervenção do estado nas questões urbanas, que caracterizam por um conjunto complexo de programas e de ações, desde a definição do valor salário, à produção direta de habitação. (RODRIGUES, 1994, p.54)

³Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, Art. 1º O Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais).

Contudo, percebemos a importância do estado no que diz respeito à habitação, para a população garantindo-lhes um lar para morar em local seguro, abrigar suas famílias com condições dignas para qualidade de vida ao ser humano.

Na geografia, observamos a ocupação do espaço vivido de forma social, assim, esta pesquisa permitirá compreender o crescimento de moradias populares através do conjunto habitacional estudado, pois, ao longo do tempo nota-se um crescimento no setor imobiliário muito grande, tanto no que se refere à classe pobre, como no vasto crescimento de condomínio fechado para classe média, ou simplesmente a construção de condomínios de luxo para as populações consideradas de classe alta da sociedade arapiraquense.

Partindo deste pressuposto, realizou-se um estudo sobre a produção da moradia popular no Conjunto Habitacional Residencial do Agreste, objetivando analisar o conjunto, a fim de compreender os processos de formação e estruturação socioespacial resultantes das cidades capitalistas, no intuito de averiguar se são ofertados os direitos sociais garantidos pelo Estado.

No entanto para realização da pesquisa também foram realizadas leituras a respeito de produção de moradia popular dos seguintes autores, Rubin (2013), Junior e Melo (2018), Bonduki (2017), Baron (2011), Botega (2007), Medeiros (2010), Zapelini, Lima e Guedes (2017).

O programa que proporciona uma moradia no referido conjunto é “Programa Minha Casa Minha Vida” (PMCMV). Neste sentido, Cardoso (2013) diz que este programa foi criado para resolver o problema do déficit habitacional, enquanto Jardim e Silva (2013) acrescentam que é possível explicar sobre o funcionamento das três faixas de renda que o PMCMV possui. Já Romagnoli (2012) aponta que este programa atende a todas as faixas de renda, e através de Soares *et al* (2013) o PMCMV em sua primeira etapa no qual foi criado na gestão do presidente Luís Inácio da Silva, e do PMCMV em sua segunda versão criado na gestão da presidenta Dilma Rousseff.

Negri (2008) fala sobre a segregação como um controle do espaço. Para Pegoretti e Sanches (2005) o crescimento das cidades causa segregação. Pequeno e Rosa (2008) aponta para os riscos de segregação espacial sendo previstos antes mesmo da contratação dos empreendimentos.

2. HISTÓRICO DA HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Para estudar o conjunto habitacional de interesse social Residencial Agreste é necessária uma busca no histórico da habitação social no Brasil. Assim, podendo fazer uma reflexão a partir da leitura de autores com conhecimento na área sobre a produção da moradia e os reflexos no espaço urbano, ou seja, o modo como às cidades brasileiras foram construídas e as políticas públicas que favorecem a população com baixo poder aquisitivo. Desse modo, torna-se possível compreender as indagações referentes à habitação no Brasil.

Rubin (2013) explica que o desenvolvimento das cidades ocorreu através de políticas públicas que levaram as classes pobres que residiam nas áreas centrais, para áreas distantes, e que desse modo só à classe rica conseguiria morar nas áreas centrais. Percebe-se nesse momento como a população de baixa renda começou a ocupar locais insalubres para construção de suas moradias. Junior e Melo (2018 p. 321) destaca que “[...] a renovação urbana e imobiliária, tiveram um papel fundamental para a perseguição dos cortiços nas áreas mais valorizadas das cidades que, por conseguinte, levariam à formação das primeiras favelas”, tornando-se evidente os motivos que levaram a população a construir moradias em encostas de morros, causando o crescimento desorganizado das cidades.

Segundo Rubin (2013) a iniciativa de empresas privadas na construção civil não era voltada para a população de baixa renda, mas sim visando investimentos estrangeiros para a cidade, por isso este autor afirma que “empresas de iniciativa privada investiram na construção civil e no fornecimento de habitações, porém esses investimentos não se destinavam a população de baixa renda”. (RUBIN, 2013, p. 31).

Esse mesmo autor mostra que o estado discursava sobre a construção de habitações higiênicas para resolver o problema de moradias construídas em locais insalubres, do qual era vinha sendo causado quando a população começou a precisar residir fora das áreas centrais, causando sérios problemas na habitação, desse modo preocupando-se com ampliação da rede de água e esgoto. Rubin também aponta quando o Estado começou a estabelecer seu papel na construção de habitação para famílias de baixa renda.

Nesse mesmo período, os preceitos do Movimento Moderno começam a se propagar no Brasil e seu marco inicial foi a Semana de Arte Moderna de 1922. No campo da arquitetura e urbanismo, as ideias dos CIAM, da Cidade Jardim e as experiências europeias no campo habitacional, foram bastante difundidas nesse período. Essa difusão é de grande importância para atender a atuação do Estado na formulação de Diretrizes para habitação de baixa renda. (RUBIN, 2013, p. 31)

Os CIAM⁴ citados por Rubin foram os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna. Assim, Rubin (2013) explica a influência europeia no campo habitacional, e o momento que o estado começa a elaborar procedimentos para habitação para a população de classe social pobre. E o período que as cidades jardins⁵ começaram a ser produzida no Brasil, com forte influência da tendência europeia para a construção brasileira. Ele ainda aponta o conjunto de operários da Gamboa, localizado no Rio de Janeiro como “um dos primeiros exemplos de moradia moderna para trabalhadores no país” (RUBIN, 2013, p. 32).

Para Bonduki (2017, p. 38) “O medo da classe dirigente de vir a ser atingida pelas doenças foram às razões que levaram o Estado a intervir no espaço urbano”, ou seja, não existia uma preocupação com a classe pobre, mas sim com a classe rica. Passando poder para os higienistas buscarem soluções para epidemias que ocorriam no determinado período.

Bonduki (2017) explica que no período de Vargas vários setores defendiam a intervenção do estado na área habitacional.

Era amplo, portanto, o leque dos setores sociais que apoiavam com ênfase a intervenção pública no processo de produção habitacional. No plano do aparato estatal, das entidades empresariais, das forças políticas com influência junto aos trabalhadores, dos técnicos e da opinião pública consolidou-se assim a noção de que cabia ao Estado garantir condições dignas de moradia e que, para tanto, era preciso intervir recursos públicos e fundos sociais. (BONDUKI, 2017, p. 88)

Percebe-se assim que se entendia como obrigação do Estado garantir moradias dignas a população, construindo habitações com recursos necessários para garantir a qualidade de vida e prevenir doenças que afetariam todas as classes sociais, assim era possível perceber que a crise no campo da habitação envolvia a todos. Dada a importância de moradias para população ainda no período Vargas, Rubin (2013) mostra que no I Congresso de Habitação em São Paulo “onde se tratou da importância de redução de custos da moradia, garantindo o acesso da população mais carente” (Rubin, 2013, p. 34), percebe-se nesse momento que para o estado entra em pauta o discurso sobre a necessidade de garantir moradia à população carente, situação que não era percebida nos períodos anteriores.

⁴Conforme Tavares (2017) “A formação dos CIAM partiu da iniciativa de Hélène de Mandrot (1867-1948), com o auxílio de Le Coubusier e Siegfried Giedion (1888-1968). O congresso foi realizado durante dez anos, de 1928 a 1956, tratando diversos elementos relacionados ao habitar”.

⁵Para Ribeiro e Gonçalves (2015) “A cidade jardim consiste em uma comunidade autônoma cercada por um cinturão verde num modelo de ocupação entre cidade e campo. A idéia era aproveitar as vantagens do campo eliminando as desvantagens da grande cidade”.

Os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), segundo Baron (2011) foram criados em 1933, substituindo as Caixas de Aposentadorias e Pensões. Os IAPs através do Conselho Nacional do Trabalho formularam diretrizes para implantação de conjuntos residenciais, assim as obras dos IAPs teriam uma arquitetura bem planejada. Bonduki (2017, p. 188) aponta o conjunto residencial do Realengo, no subúrbio do Rio de Janeiro, como o primeiro conjunto residencial de grande porte construído no Brasil. Percebe-se a partir desse residencial um tipo de arquitetura moderna, que visa uma produção massiva, já com a ideia de uma racionalização do espaço através das plantas dos conjuntos construídos.

Rubin aponta os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs) como recurso para solucionar “a questão da classe de trabalhadores ligados à indústria e ao comércio” (Rubin, 2013. p.34). Ainda segundo Rubin (2013) a principal finalidade dos IAPs era beneficiar seus associados com benefícios previdenciários e assistência médica.

Bonduki (2017) descreve que a classe trabalhadora não tinha condições de adquirir a casa própria, pois com sua renda tornava-se impossível, para isso foi viabilizado meios de barateamento de custos nos quais se destacaram dois como veremos a seguir.

Duas possibilidades de barateamento se destacaram: uma alternativa ‘técnica’ - para reduzir os custos da construção, do terreno e da urbanização – e uma alternativa de ‘localização urbana’ – viabilizar a ocupação da chamada zona rural, com o rebaixamento das condições urbanas. (BONDUKI, 2017, p. 97)

Desse modo é possível perceber que, para a redução de custos buscou-se expandir as construções para locais mais distantes das áreas centrais da cidade, uma vez que tornaria as habitações mais acessíveis à renda da classe trabalhadora. O outro modo para o barateamento foi à técnica visando à racionalização com “a produção em larga escala de moradias e a normatização dos materiais, foram centrais quando os IAPs iniciaram uma produção massiva de habitação”. (BONDUKI, 2017. p.98)

Segundo Rodrigues o Banco Nacional da Habitação foi criado em 1964 “com os objetivos de coordenar a política habitacional dos órgãos públicos e orientar a iniciativa privada”, (Rodrigues, 1994. p.54). Para Rodrigues o BNH estimularia a construção de moradias populares e aumentaria o investimento da indústria diminuindo o déficit habitacional.

Para Medeiros (2010, p. 02) “o Banco Nacional da Habitação (BNH) marca a história da política habitacional do país, tendo ele sido o primeiro órgão de alcance nacional a instituir

uma política habitacional”. Ainda segundo Medeiros (2010) o BNH, também foi fortemente criticado durante sua trajetória referente ao abandono da questão social.

Botega (2007) indica que o BNH favoreceu a população com maior poder aquisitivo:

Quando, a partir de 1967, a economia brasileira foi reativada, a construção civil foi substituída em sua função de acelerador da economia pela indústria de bens de consumo durável, especialmente a indústria automobilística.

Este fato fez com que o BNH reorientasse seus investimentos para as camadas sociais com maior poder aquisitivo, deixando de lado a construção de habitações populares. (BOTEGA, 2007, p. 69)

Compreende-se que o BNH foi criado para resolver um problema do déficit habitacional brasileiro que atingia a população de menor poder aquisitivo, mas o BNH favoreceu a classe social de maior poder aquisitivo, conseqüentemente a classe pobre não se beneficiaria dos recursos fornecidos pelo BNH.

Rubin (2013) aponta mudanças na nova etapa de políticas urbanas habitacionais ocorridas nos anos de 1980. Assim Rubin também mostra as dificuldades para estimular programas para a população de baixa renda.

A partir da segunda metade dos anos de 1980, iniciou-se uma nova etapa para as políticas urbana e habitacional brasileira, pois a desarticulação do BNH agravou os problemas existentes e a questão urbana e habitacional passou a depender de instituições onde esses assuntos não eram os objetivos principais. Também por parte da Caixa Econômica, tornou-se difícil dinamizar programas alternativos para os setores de menor renda. Foi uma fase de constantes reformulações nos órgãos responsáveis pelas políticas habitacionais. (RUBIN, 2013, p. 46)

Rubin explica a extinção do BNH, discorrendo ainda sobre os problemas habitacionais que se agravaram, mostrando as dificuldades para estimular programas para a população de baixa renda. Segundo Medeiros (2010) após o governo de Sarney decidir fechar o BNH, “Os funcionários foram absorvidos por outros organismos públicos, especialmente a Caixa Econômica Federal” (MEDEIROS, 2010, p.11).

No período pós-ditadura militar, Fernando Collor de Mello é eleito presidente do Brasil e assume cargo em 1990, para Botega (2007) a política neoliberal deste governo só aprofundou a crise habitacional.

Botega evidencia que:

O Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH) que previa a construção, em caráter emergencial, de aproximadamente 245 mil casas em 180 dias através da contratação de empreiteiras privadas. Novamente um programa habitacional estava

direcionado ao capital imobiliário privado. Em pouco tempo este prazo alongou-se por mais de dezoito meses, o custo médio foi bem superior ao previsto, a meta acabou diminuindo de 245 mil para 210 mil casas, e para piorar a situação o plano não conseguiu os percentuais de recursos necessários. (BOTEGA, 2007, p.71)

Constata-se que o governo Collor não conseguiu resolver o problema habitacional, e que ainda a questão habitacional estava voltada para o setor privado, continuando a classe pobre sem assistência no setor de habitação.

No período da presidência de Itamar Franco (1992 a 1994) que de acordo com Zapelini, Lima e Guedes, em seu governo “os programas da área de habitação foram transferidos para o Ministério do Bem-Estar Social e passaram a envolver não somente os recursos federais, mas também estaduais”. (ZAPELINI; LIMA; GUEDES, 2017, p. 158).

Em seguida em 1995 assume a presidência do Brasil por eleições diretas Fernando Henrique Cardoso, que segundo Zapelini, Lima e Guedes (2017, p. 158), o que marcou neste governo foi a criação de “dois documentos referente à política habitacional: a Política Nacional de Habitação (1996) e a Política de Habitação: ações do Governo Federal (1998)”, esse período as medidas no setor da habitação também ainda não atendia a população pobre que precisava de políticas públicas que contribuíssem para a aquisição de sua casa, favorecia apenas a classe média.

O governo de Luís Inácio da Silva iniciou-se em 2003 e encerrou em 2011, no qual criou o Projeto Moradia, para Zapelini, Lima e Guedes, (2017, p. 158), este projeto foi “uma estratégia geral para a solução do problema habitacional” em seguida vem a criação do Ministério das Cidades, para atuar no setor de habitação. É no governo de Lula que também foi criado o Sistema Nacional de Habitação, Zapelini, Lima e Guedes, (2017, p. 159) apontam que esse sistema “opera o Subsistema de Habitação de Interesse Social; esse programa buscou criar condições institucionais para que os recursos do FGTS sejam canalizados para a esfera social”. Outra iniciativa importante ainda neste governo é o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) este visava atender a população de baixa renda. Neste governo inicia-se um período onde foi possível criar um programa que atendeu todas as classes sociais de acordo com sua renda.

Foi no governo de Luís Inácio da Silva que com a Caixa Econômica Federal inicia-se O Programa Minha Casa Minha Vida, programa fundado visando resolver o déficit habitacional existente no país. Segundo Cardoso (2013) o governo anuncia a criação do programa em março de 2009, “com o objetivo de criar condições de ampliação do mercado

habitacional para atendimento das famílias com renda de até 10 salários mínimos (SM)” (CARDOSO, 2013. p.35).

O PMCMV é constituído segundo Jardim e Silva (2016) por três faixas de renda que são as seguintes: **faixa 1** a renda é de até R\$ 1.600; **faixa 2** a renda é de R\$ 1.601 a 3.275 e por último **a faixa de renda número 3** que é de 3,276 a 5.000 reais. Mas para essa pesquisa terá ênfase apenas ao que se refere apenas a programas de habitação para famílias de baixa renda. Este programa contribuiu para famílias que, sem a colaboração do estado, não conseguiriam adquirir uma moradia.

Para melhor compreensão do Programa Minha Casa Minha Vida, Romagnoli (2012) mostra que este programa atende a todos os grupos, até mesmo os mais vulneráveis, como percebemos a seguir.

Enquanto todos os outros programas e linhas de ação utilizadas pelo governo para trabalhar com as questões urbanas e habitacionais focam-se em objetivos precisos e bem definidos, o Programa MCMV apresenta um ‘mix’ de programas, com objetivos econômicos, sociais e de reestruturação do setor.

Praticamente, todos os outros programas estão desenhados para atender uma faixa de renda e grupo de família especificamente, já o PMCMV, apresenta uma estrutura que prevê atender famílias de zero a dez salários mínimos, componentes tanto do grupo vulnerável da sociedade e incluído no atendimento de Interesse Social, como também permite auxílio àqueles que podem ser beneficiados pelas linhas de crédito oferecidas pelo mercado. Um único Programa prevê ações baseadas na relação com entidades da sociedade civil, entes da federação e agentes econômicos; possibilidades para as áreas urbanas e rurais; entre outras características. (ROMAGNOLI, 2012. p.5)

Seguindo a reflexão do Programa Minha Casa Minha Vida, Pequeno e Rosa (2015) mostram que “[...] desde o lançamento do PMCMV, o risco da segregação espacial foi levantado, mesmo antes da contratação dos empreendimentos, antevendo-se os problemas que poderiam vir por conta da localização distante”. (PEQUENO; ROSA, 2015. p. 7). Assim, os autores mostram a segregação espacial como uma consequência da localização das habitações.

Para Cardoso (2013) as construtoras responsáveis pela construção de moradias populares, constroem as moradias em terrenos mais baratos, mas para conseguir essa economia os terrenos localizam-se distantes da cidade deixando a população residente com dificuldades de acesso a serviços públicos. Percebe-se assim que a população residente sofre as consequências do barateamento da construção do conjunto, pois irá enfrentar dificuldades para o deslocamento diário.

Cardoso (2013) evidencia que:

Para enfrentar esse problema, a regulamentação do programa propunha um limite de 500 unidades por empreendimento. No entanto, os empreendedores resolveram facilmente esse problema ao subdividir os megaempreendimentos, aprovando projetos em terrenos contíguos, mas com as mesmas tipologias arquitetônicas, soluções construtivas e implantação nos terrenos. (CARDOSO, 2013, p.55).

Desse modo, este mesmo autor aponta a tentativa do PMCMV em resolver problemas relacionados à distância das moradias em relação à cidade possibilitando a facilidade de locomoção diária da população residente nas habitações fornecidas pelo programa.

Observa-se que para o desenvolvimento da habitação no Brasil, ocorre segregação espacial que é causada devido às dificuldades que são percebidas nas construções produzidas por a população de menor poder aquisitivo, que constroem em locais inadequados e distantes da cidade, pois é na cidade que a população tem acesso a serviços públicos como educação e saúde.

Em 2011 inicia-se o governo da Presidenta Dilma Rousseff, que anteriormente, no governo do ex-presidente Lula era Ministra-Chefe da Casa Civil. Assim, a presidenta atribui continuidade ao Programa Minha Casa Minha Vida em sua segunda fase, realizando mudanças no programa.

Para Soares *et al* (2013):

A principal diferença entre as duas fases está na atualização de valores de contratação por unidade habitacional, na inserção da obrigatoriedade de instalação de sistema de aquecimento solar nas unidades isoladas e na exigência de acessibilidade universal para todas as edificações de menor faixa de renda. (SOARES *et al*, 2013, p.122)

Logo Soares *et al* (2013) evidencia que o PMCMV no mandato da presidenta Dilma Rousseff, estava realizando mudanças para dar mais acesso as famílias de baixa renda. Soares *et al* (2013) aponta que o PMCMV obteve resultados positivos, mas ainda foi muito criticado devido à localização das moradias.

Nota-se que o déficit habitacional que ocorre no Brasil não foi resolvido, mas o governo que possibilitou o acesso à moradia das classes sociais menos favorecidas foi governo do presidente Luís Inácio da Silva, pois em sua gestão criou o PMCMV, que foi um programa estruturado para atender todas as classes sociais, até mesmo as mais vulneráveis, fato que não tinha ocorrido no país conforme esta pesquisa vem evidenciando.

Com o desenvolvimento das cidades torna-se visível a separação das classes, uma vez que com esse crescimento percebe-se uma separação de bairros de classe média e classe rica na cidade e nas zonas periféricas, a classe pobre que ocupa locais distantes da cidade, caracterizando assim segregação socioespacial.

Segundo Negri (2008, p. 135) “a segregação não é simplesmente e somente um fator de divisão de classes no espaço urbano, mas também um instrumento de controle desse espaço”. Contudo percebemos o controle do espaço através do crescimento acentuado de condomínios na cidade.

Pegoretti e Sanches (2005) apontam que através do desenvolvimento das cidades ocorre segregação.

Assim, o processo de crescimento dinâmico das cidades, modificou o traçado urbano e as suas formas de expansão e trouxe problemas relacionados à configuração sócioespacial das mesmas, resultando na chamada “segregação”. Ressalta-se que o termo “segregação” pode estar relacionado, em estudos internacionais, a grupos étnicos, religiosos ou raciais. Aqui, refere-se à separação social e espacial determinada por níveis de renda e espacialidades residenciais. (PEGORETTI; SANCHES, 2005.p.8)

Aponta também segregação através de separação social e espacial no Brasil, esse é o tipo de segregação que ocorre no Conjunto Habitacional Residencial Agreste. Onde se podem observar casas residenciais de baixo valor aquisitivo e uma população de classe social pobre.

3. TERRITÓRIO, LUGAR: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA.

Estudar o conjunto habitacional de interesse social Residencial Agreste nos remete a compreensão de uma categoria de análise geográfica que é o território. Visto que a compreensão de território pode ser entendida como delimitação de fronteiras, poder ou pertencimento.

Para Giometti, Pitton e Ortigoza (2012):

No decorrer da história do pensamento geográfico, o território ganha diferentes tipos de abordagens, desde a representação de uma parcela do espaço, identificada pela posse e definida pela apropriação, até o importante papel dado à dominação. Ou seja, o território é dominado por uma comunidade ou por um Estado. A conotação política também ganha força nos estudos de Geopolítica (território = espaço nacional), significando área controlada um estado Nacional. O conceito de território se alarga permitindo explicar muitos fenômenos geográficos relacionados à organização da sociedade e suas interações com as paisagens. (GIOMETTI; PITTON; ORTIGOZA, 2012. p.38).

Ou seja, à categoria território pode ser compreendida através do poder que determinado espaço adquiriu após sua ocupação, através do controle do Estado, ou através de questões sociais ocorridas no decorrer de sua organização, que pode causar uma valorização do espaço e também levar ao pertencimento daquele território para a população.

Silva e Tourinho (2017) também apontam o conceito de território além da demarcação dos limites de fronteiras, enfatizando que:

[...] a definição de limites territoriais é muito mais do que uma questão de técnica de cartografia, embora esta seja importante. Considera-se que se trata, sobretudo, de uma questão social, envolvendo elementos políticos, econômicos e culturais. (SILVA; TOURINHO, 2017, p. 97)

Assim percebemos que é possível estudar a categoria território de várias formas além dos limites geográficos, mas sempre terá uma semelhança ou relação com o sentido de posse/controlado do espaço ocupado.

O Conjunto Habitacional Agreste passou por uma modificação do espaço, o local antes era utilizado para agricultura, e hoje se encontra loteado, tornando-se um território usado para a moradia para a população que não possuía uma casa própria. No entanto o local não é valorizado se comparado a condomínios que também cresceram bastante em Arapiraca nos últimos anos. O conjunto apresenta infraestrutura precária com pequenas casas, e problemas no saneamento básico, na pavimentação e falta de áreas de lazer para a população.

Percebe-se a partir da leitura a respeito de território, analisando o que estudiosos com conhecimento na área contribuem para a compreensão do conceito, nos permitem a compreensão do mesmo, que vai além de uma delimitação por fronteiras, mas que para a geografia a compreensão deste pode ser interpretada ou analisada de modos diferentes, como a delimitação de um território através do poder político ou econômico, uma análise através de questões culturais ou sociais, ou através do pertencimento que o indivíduo tem como, por exemplo, de uma comunidade em que ele reside.

4. PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Na geografia estudamos a produção do espaço, para compreender o modo como o homem modifica o espaço através de sua ocupação e o modo como nos organizamos socialmente.

O crescimento das cidades faz com que cada vez mais áreas sejam ocupadas mesmo em locais insalubres, esse crescimento faz com que fiquemos constantemente nos organizando socialmente e espacialmente, para isso é necessária a compreensão das mudanças ocorridas e quais os impactos causados para a população que direta ou indiretamente. Fazendo assim com que possamos entender o modo como a sociedade se organiza.

A compreensão do espaço ocupado faz-se necessária para compreendermos a realidade em que vivemos, pois vivemos em um mundo capitalista que visa o acúmulo de riquezas que causa um crescimento desigual, causando grande desigualdade social.

O Conjunto Habitacional Agreste foi construído em uma área que antes era utilizada para a produção agrícola, hoje está com espaço totalmente modificado e passou a estar dentro do perímetro urbano, após a construção do referido conjunto. Desse modo foi modificado totalmente o espaço através da ocupação do homem que modifica cada vez mais para suprir suas necessidades e vem ocupando gradativamente as áreas distantes dos centros urbanos.

5. CONJUNTO HABITACIONAL RESIDENCIAL AGRESTE

O estudo sobre o Conjunto Habitacional Residencial do Agreste, que dará ênfase a produção de moradia popular no conjunto, surge da necessidade da compreensão do espaço modificado através da ação do homem, partindo de uma análise do modo como a sociedade se organiza. Para dar seguimento a pesquisa é necessária a realização de questionários para coleta e análise de dados a respeito do conjunto habitacional e desse modo poder analisar os dados obtidos.

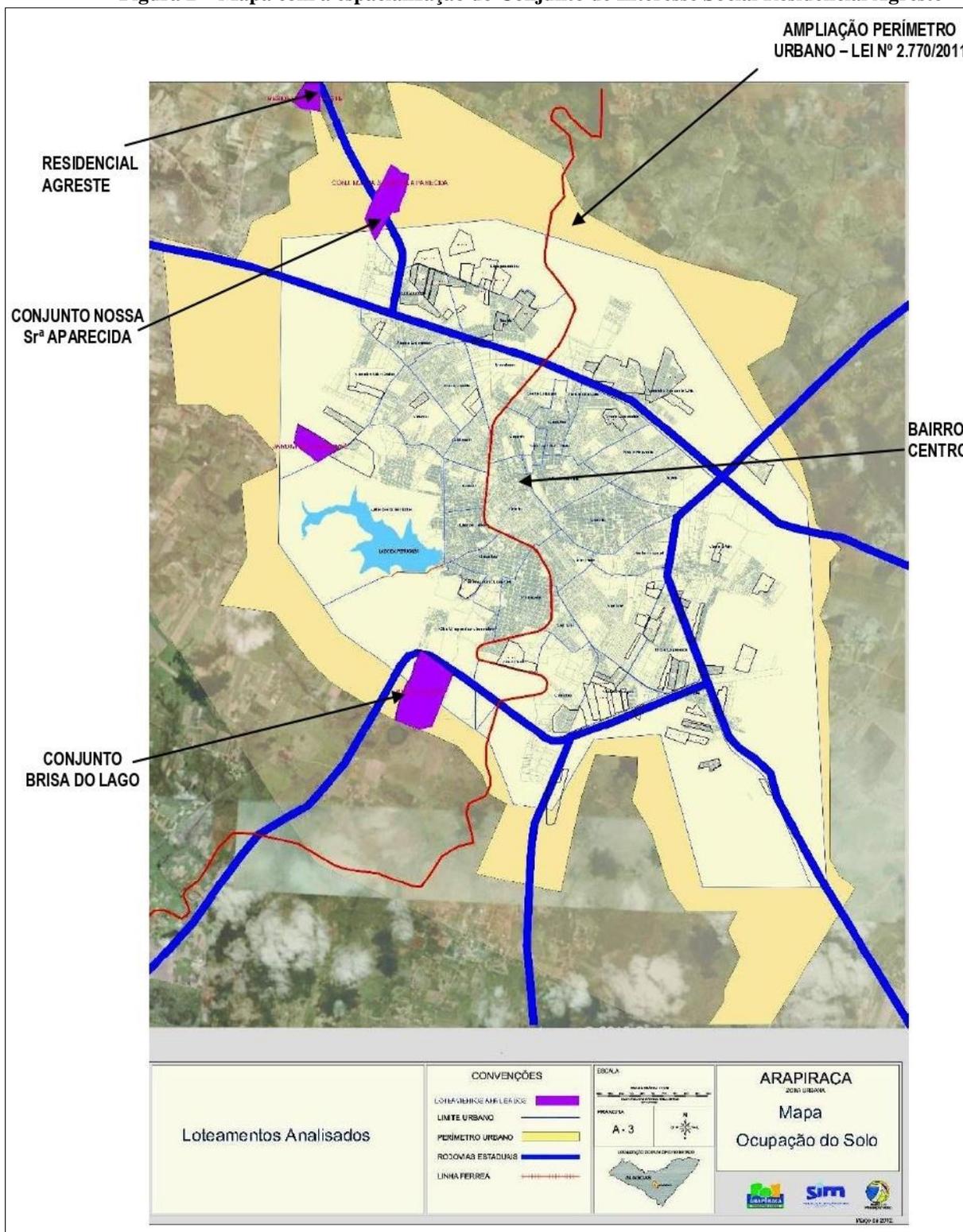
Portanto, é necessário realizar um questionário para obtenção de dados a respeito do projeto urbanístico do conjunto, buscando respostas a respeito da infraestrutura do conjunto, para compreender se houve um planejamento de como seriam fornecidos serviços necessários para a reprodução da vida na cidade, recursos como saneamento básico, escolas, creches, a existência de Unidade Básica de Saúde (UBS), Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) no conjunto, recursos que devem ser ofertados pelo Estado, e ainda buscar a respeito de transportes coletivos fornecidos para a população do conjunto, buscando as respostas das referidas perguntas a cerca do objeto de estudo na Prefeitura Municipal de Arapiraca, após contato com a representante do setor de habitação da cidade.

Assim, possibilitará uma observação e aprofundamento acerca do objeto de estudo, a fim de identificar o papel do Estado na produção de infraestrutura e equipamentos urbanos no

processo de segregação socioespacial e buscando informações a respeito do agente privado responsável sobre a obra do conjunto.

O estudo permitirá uma análise a respeito da produção de moradia popular no conjunto, uma compreensão sobre o desenvolvimento da produção de moradia popular e uma análise do espaço ocupado e modificado através da ação do homem. A seguir a figura 2 mostra a espacialização do conjunto no município de Arapiraca.

Figura 2 – Mapa com a espacialização do Conjunto de Interesse Social Residencial Agreste



Fonte: Romão e Brito (2016).

Disponível em: <<http://www.fau.ufal.br/evento/pluris2016/files/Tema%204%20-%20Planejamento%20Regional%20e%20Urbano/Paper1494.pdf>>. Acesso em 15 nov. 2019

Na figura 2 nota-se o conjunto estudado, próximo à Rodovia AL 115 construído ainda dentro do perímetro urbano da cidade.

Assim, após a definição da coleta dados da pesquisa a respeito da produção de moradia popular no Conjunto Habitacional Residencial Agreste, no período do mês de junho de 2018, iniciou-se a pesquisa aplicando questionário no Setor de Projetos Habitacionais da Prefeitura Municipal de Arapiraca, para desse modo poder analisar os dados obtidos acerca do objeto de estudo.

De acordo com dados obtidos através do questionário aplicado no ano de 2018 no setor da habitação da Prefeitura Municipal de Arapiraca, O Conjunto Habitacional de interesse social Residencial Agreste foi aprovado no ano de 2012, as unidades foram entregues aos beneficiários em 2014, o conjunto possui 999 unidades habitacionais, sendo 30 unidades adaptadas, a população estimada é de 3.996 pessoas, a empresa construtora é a empresa Contrato Construções e Avaliação Ltda. Ainda segundo a assistente social da Prefeitura o conjunto apresenta infraestrutura básica, como abastecimento de água, rede de esgotamento sanitário, drenagem pluvial e energia elétrica, todas as vias pavimentadas, área verde em número de dezenove e três áreas de equipamentos comunitário. A figura 3 mostra a imagem do início do Residencial Agreste.

Figura 3 – Início do Residencial Agreste



Fonte: Autor (2019)

Em seguida a assistente social explicou que O Conjunto habitacional Residencial Agreste possui casas com uma Área de 42,00 m², distribuídos em 02 (dois) quartos, sala,

banheiro social, cozinha e área de serviço externa. Área loteável de 136.673,82 m² (cento e trinta e seis mil, seiscentos e setenta e três, e oitenta e dois metros quadrados). A seguir, na figura 4, imagens de residências do conjunto.

Figura 4 – Imagens de casas do conjunto



Fonte: Autor (2019)

A assistente social da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social da Cidade de Arapiraca em 2018, explicou que a população residente do conjunto é atendida por meio dos equipamentos sociais existentes no entorno como a Unidade Básica de Saúde (UBS) do Bairro Carrasco, fica a 1,5 Km do Residencial do Agreste. Desde fevereiro de 2018, os moradores passaram a ser atendidos na Unidade Básica de Saúde Dr. Carlos José Lima, localizada no Bairro Bom Sucesso, anteriormente os moradores do conjunto eram atendidos no 5º Centro localizado centro da cidade de Arapiraca. O município deverá ampliar o quadro de funcionários com a contratação demais uma Equipe de Estratégia de Saúde da Família para atendimento da demanda e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do Bairro Planalto. A assistente informou também que se encontra em andamento a construção de um centro de educação infantil com capacidade para atendimento de 300 crianças, e a construção de uma escola de ensino fundamental com capacidade para atendimento de 500 crianças.

Durante os dias que foram frequentados no conjunto habitacional só foi possível perceber a construção com capacidade para 12 salas de aula, não havia outra obra em andamento.

O programa de financiamento do conjunto é o Programa Minha Casa Minha Vida Faixa 1, a representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social da Cidade de Arapiraca em 2018, explicou que o programa está ligado à Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, que coordena a concessão de benefícios junto à Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, governos e entidades locais. Através de contrato firmado entre o Ministério das Cidades / (com fonte de Recursos do) Fundo de Arrendamento Residencial – FAR / Caixa Econômica Federal/ e Prefeitura de Arapiraca.

As famílias para serem beneficiadas através do Programa Minha Casa Minha Vida, possuem renda bruta mensal de 0 até R\$ 1,8 mil, as pessoas que vão concorrer para moradia, são indicadas através do poder público, prefeituras, algumas associações ou cooperativas, vão pagar por dez anos o correspondente a 10% da renda, ou mínimo de R\$ 50 se a renda for muito próxima de zero.

A representante também explicou a caracterização da população beneficiária do conjunto, sendo o requisito essencial que as famílias estejam inseridas no Cadastro Único do Governo Federal e que correspondam aos atributos nacionais e locais definidos pelo Ministério das Cidades e pelo Conselho Municipal de Assistência Social deste Município. Para os atributos nacionais correspondem às famílias residentes ou que tenham sido desabrigadas de áreas de risco ou insalubres, e as famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar. Os atributos locais são para famílias de até um salário mínimo, famílias com número de dependentes com idade até 17 anos e 11 meses, número de pessoas da família com idade de 60 anos ou mais ou portador de necessidades especiais.

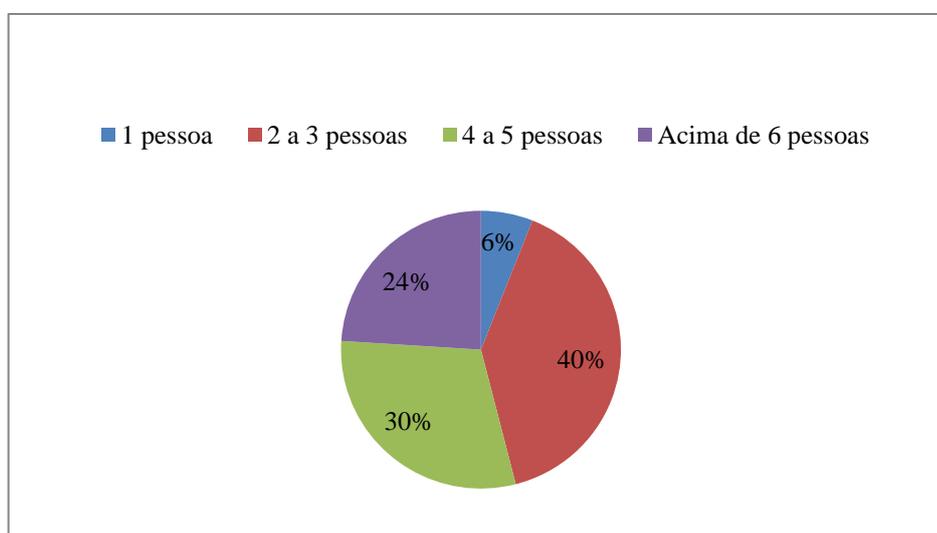
A assistente social ainda mostrou as novas regras do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) para ano de 2018, que valem para a Faixa 1, para famílias com renda até R\$ 1.800. Explicando que com as novas regras os municípios com população inferior a 50 mil habitantes também vão ser atendidos, mas a construção só será autorizada perto de centros urbanos com acesso a escolas, transporte e comércio e que já tenham infraestrutura pronta para morar, cada empreendimento deve ter no máximo 500 unidades, e tem prioridade para as novas casas quem mora em área de risco, famílias chefiadas por mulheres ou pessoas com deficiência física, só podendo participar quem não tem casa própria.

5.1. Análise de dados

Para analisar se a população residente do conjunto corresponde ao que foi informado em 2018, pela assistente social funcionária da prefeitura de Arapiraca, no mês de agosto do ano de 2019, foram realizadas algumas visitas no conjunto habitacional estudado, aplicando um questionário com total de doze questões, questionário semi-estruturado em cinquenta residências a respeito do conjunto, buscando um melhor modo para compreensão dos resultados, as respostas foram colocadas em onze gráficos e um quadro.

O gráfico1 mostra a quantidade de integrantes por residência.

Gráfico 1 - Número de moradores por residência

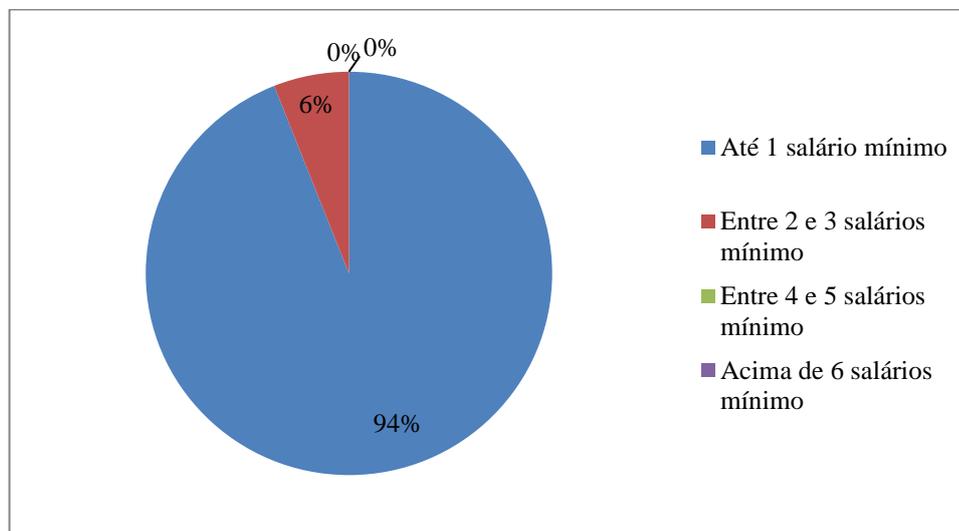


Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

O gráfico 1 aponta que 6% das residências entrevistadas reside apenas uma pessoa, 40% das residências reside entre 2 a 3 pessoas, 30% entre 4 e 5 pessoas, e acima de 6 pessoas está 24% das residências entrevistadas. Ficando evidente que a maioria das famílias entrevistadas é formada por maior quantidade de integrantes, em uma casa com área de 42,00m².

A pergunta número dois traçou o objetivo para analisar o perfil de renda da população residente no conjunto, desse modo poderíamos confirmar se as famílias residentes possuem a fonte de renda estipulada na qual se adéquam as regras do PMCMV Faixa 1, o programa que favorece as famílias residentes no conjunto estudado, o resultado veremos no gráfico de número 2.

Gráfico 2 - Renda familiar

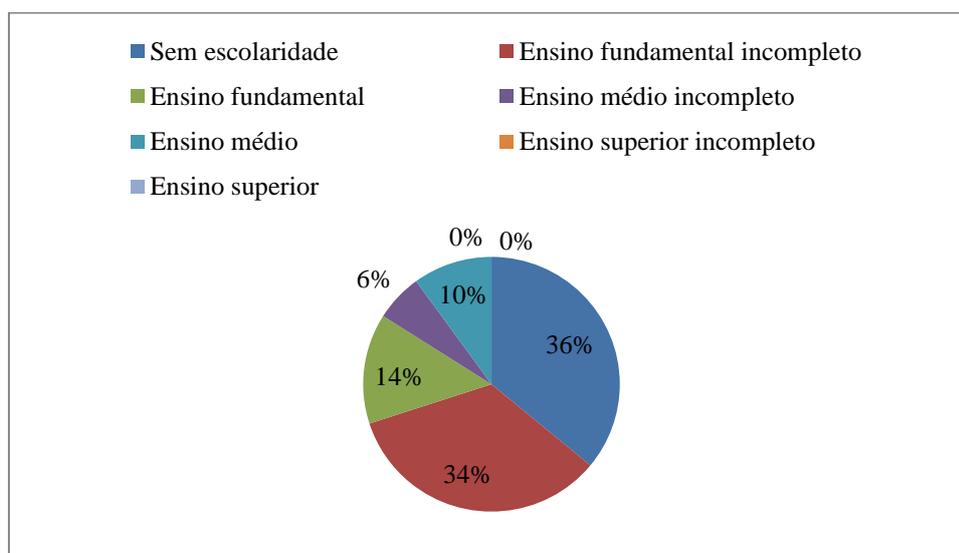


Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

No gráfico dois a renda das famílias entrevistadas 94% das famílias tem uma renda de até um salário mínimo, e 6% das famílias tem renda entre 2 e 3 salários mínimos, entre a 4 e 5 salários mínimos e acima de 6 salários mínimos não tinha nenhuma família com essa renda. Conclui-se que a maioria das famílias é compatível com as exigências do PMCMV.

A pergunta número três o objetivo é analisar o nível de escolaridade do responsável do domicílio.

Gráfico 3 - Nível de escolaridade do responsável do domicílio

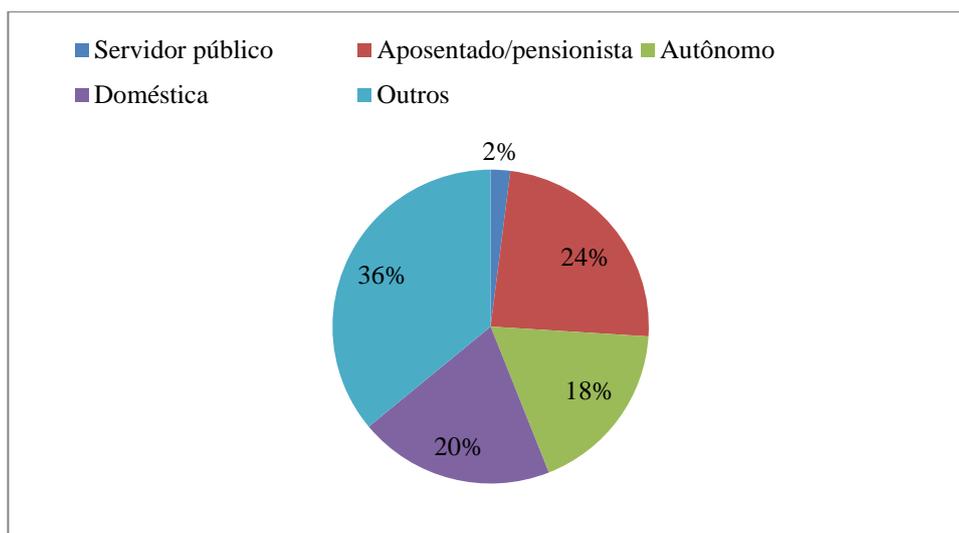


Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

No gráfico 3 é possível perceber que 36% dos responsáveis da residência não têm escolaridade, 34% possuem apenas fundamental incompleto, 14% possuem o ensino fundamental, 6% ensino médio incompleto, 10% ensino médio, e nenhuma das residências o responsável da casa tem ensino superior incompleto ou ensino superior.

A pergunta número quatro analisa a fonte de renda do responsável da família.

Gráfico 4 - Atividade da pessoa responsável pelo domicílio

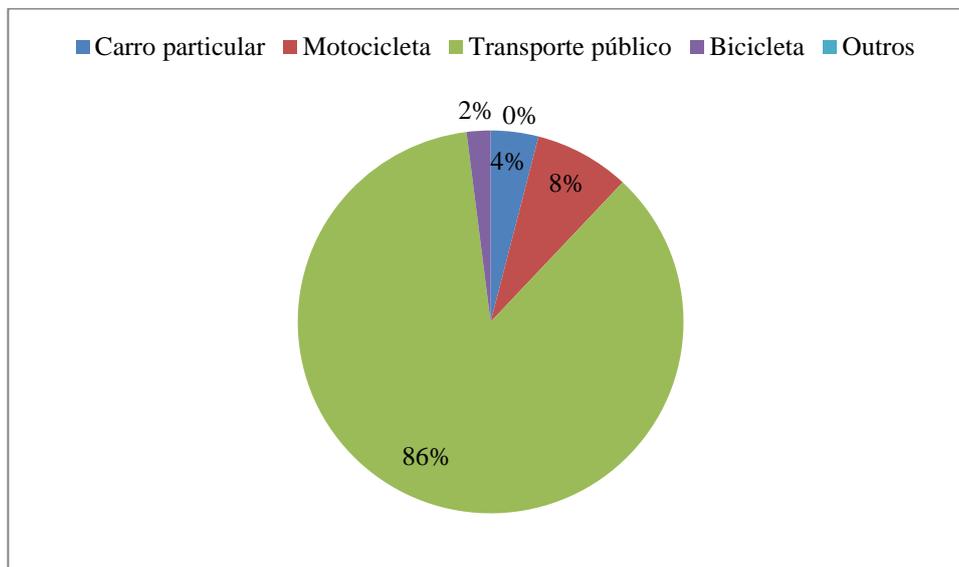


Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Analisa-se no gráfico que 2% das residências entrevistadas o responsável do domicílio é servidor público, 18% autônomo, 20% doméstica, 24% aposentado/pensionista, 36% outros. Compreende que a maioria das famílias tem sua renda com serviço informal, e a maioria também é formada por idosos.

A pergunta número cinco analisa-se os meios utilizados para locomoção diariamente, para compreender se o conjunto apresenta opções de acessibilidade à cidade para a população residente no conjunto.

Gráfico 5 - Tipo de transporte utilizado pela família

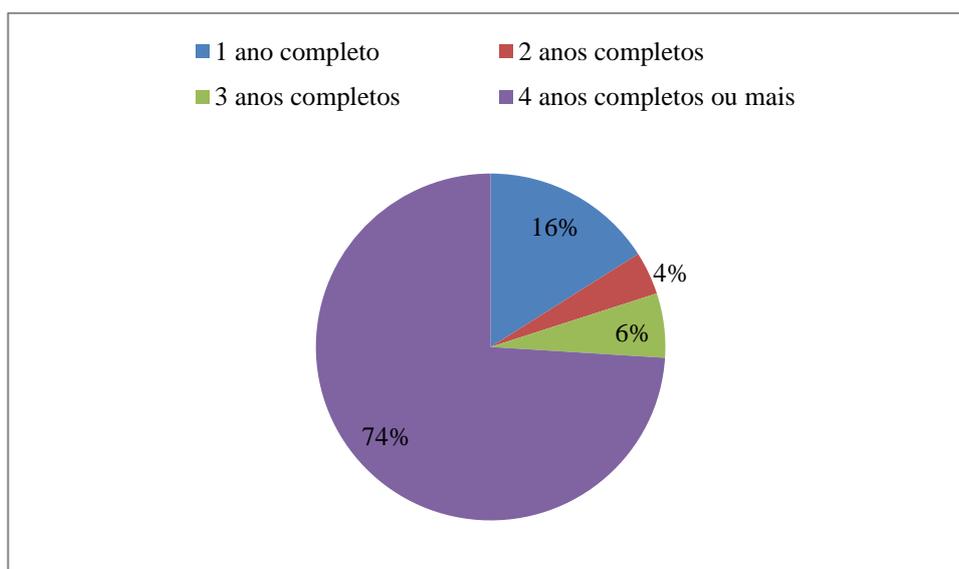


Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

O gráfico cinco aponta que 0% das famílias usa outros meios de transporte para sua locomoção diariamente, 2% anda bicicleta, 4% utilizam carro particular, 8% motocicleta, 86 transporte público, durante a entrevista moradores que marcou a opção outros explicou que também vão a pé para a cidade quando não tem dinheiro para pagar a passagem de ônibus.

O gráfico seis mostra o resultado da pergunta a respeito do tempo de moradia das famílias no conjunto habitacional.

Gráfico 6 - Tempo de moradia no conjunto habitacional

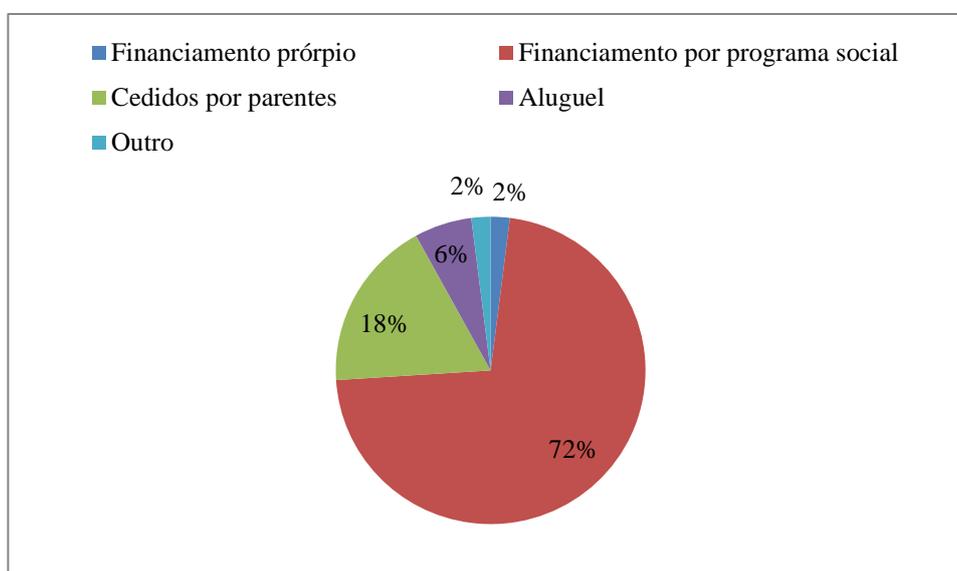


Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

O resultado da pesquisa mostra que 16% das famílias moram no conjunto um ano completo, 4% das famílias moram a dois anos completos, 6% das famílias moram a três anos completos, e 74% das famílias entrevistadas moram a quatro anos completos ou mais. Compreende-se que as maiorias das famílias entrevistadas moram no conjunto desde início quando foram entregues as primeiras moradias.

O gráfico sete tem como objetivo compreender os motivos que levaram a população residente a morar no conjunto habitacional.

Gráfico 7 - Principais motivos para residir no conjunto habitacional

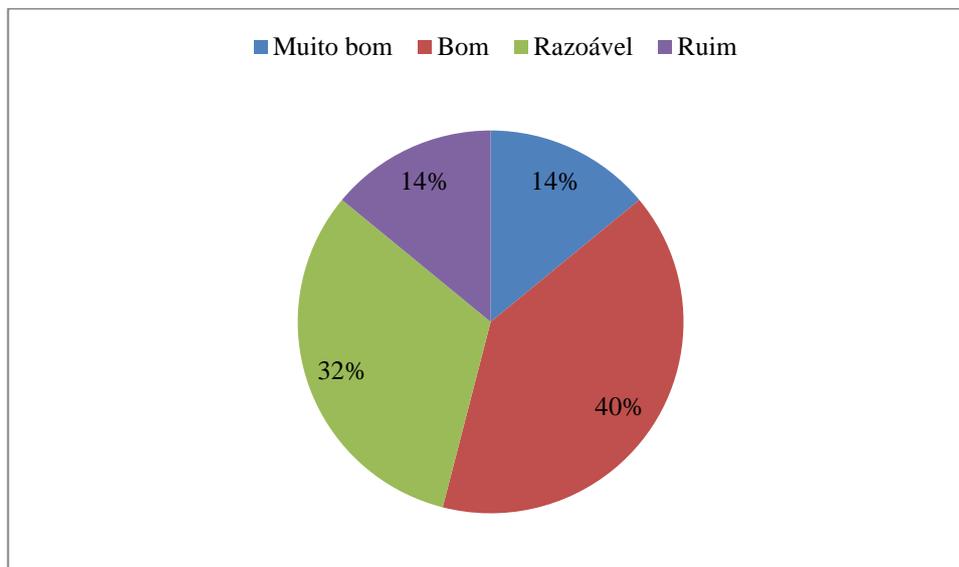


Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

O resultado obtido nas respostas do gráfico sete foi o seguinte 2% das residências entrevistadas adquiriram a através de financiamento próprio, 2% das residências foram outros, 6% dos responsáveis da família explicaram que paga aluguel, 18% das residências cedidos por parentes, 72% das famílias adquiriram através de programa social, ou seja, estavam dentro das exigências para ter direito uma casa através do PMCMV e 28% das famílias que estão entre financiamento próprio, cedidos por parentes e pagam aluguel adquiriram a casa, mas estão fora do padrão do PMCMV.

No gráfico 8 buscou a opinião dos moradores do conjunto para compreender como a população avalia o conjunto, colocando a opção, ruim, razoável, bom, e muito bom.

Gráfico 8 - Avaliação do conjunto habitacional

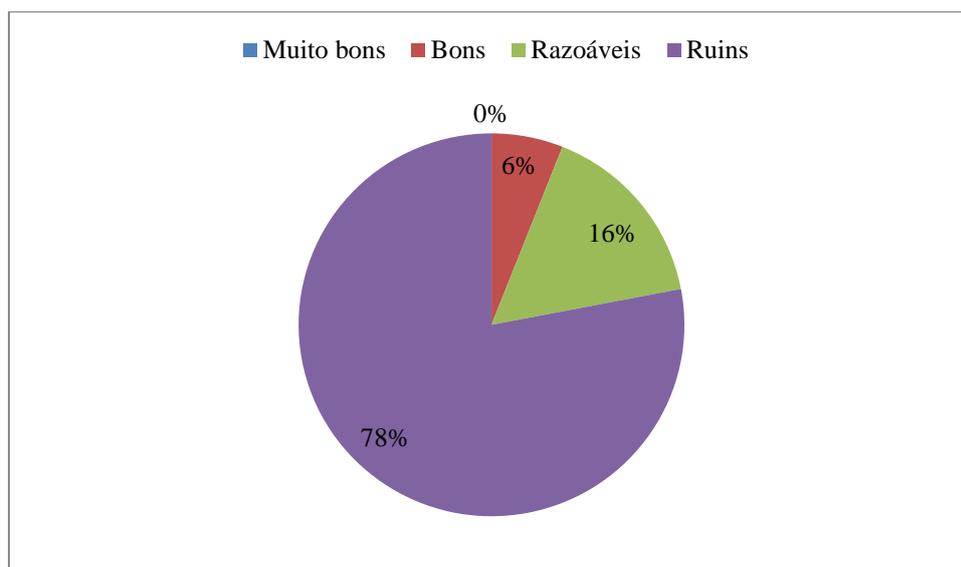


Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Com as respostas obtidas mostram que 14% das famílias acham ruim morar no conjunto, 14% das famílias entrevistadas acham muito bom morar no conjunto, enquanto 32% das famílias acham razoáveis, e 40% das famílias acham bom morar no conjunto habitacional.

Os espaços coletivos do conjunto também foram analisados na figura nove averiguando os seguintes itens: ruas internas e demais espaços de lazer.

Gráfico 9 - Avaliação dos espaços coletivos do conjunto habitacional

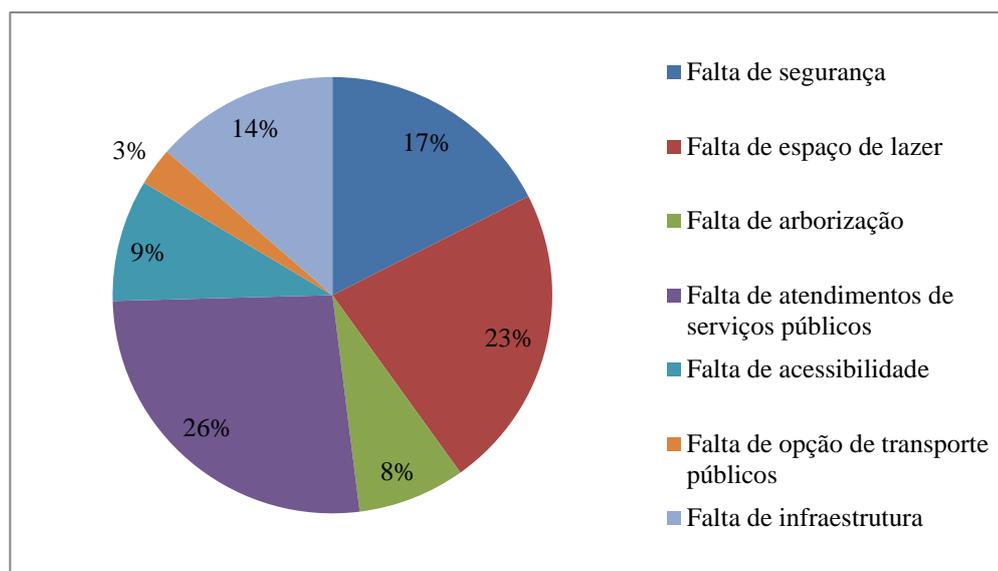


Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

O resultado da entrevista do gráfico 9 foi o seguinte: das casas que participaram do questionário nenhuma marcou a opção muito bom resultando em 0% muito bons, 6% dos entrevistados responderam bons, 16% dos entrevistados responderam razoáveis, e 78% dos entrevistados responderam que achavam ruins explicando que não existe nenhum espaço de lazer no conjunto estudado.

Para compreender as dificuldades encontradas no conjunto a figura dez está com os resultados das respostas obtidas nas quais os moradores podiam marcar mais de uma opção, as opções eram: falta de infraestrutura (pavimentação, saneamento básico, etc.); falta de segurança, falta de espaços de lazer (praças, parques etc.); falta de arborização; falta de atendimentos públicos (creches, escolas, postos de saúde etc.); falta de acessibilidade; falta de opção de transporte público, e a opção outro.

Gráfico 10 - Principais dificuldades encontradas no conjunto habitacional

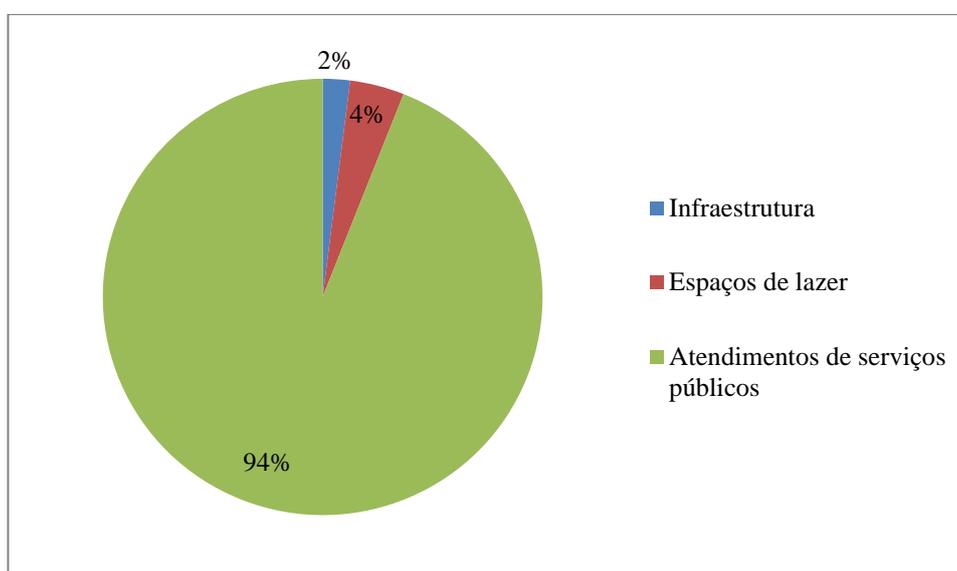


Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

O resultado das respostas do gráfico 10 foi: 3% dos entrevistados responderam falta de transportes públicos, 8% dos entrevistados responderam falta de arborização, 9% dos entrevistados responderam falta de acessibilidade, 14% dos entrevistados responderam falta de infraestrutura, 17% responderam falta de segurança, 23% dos entrevistados marcaram a opção espaços de lazer, e 26% dos entrevistados explicam que as maiores dificuldades encontrada são a falta de atendimento a serviços públicos, enfatizando que é necessário o posto de saúde, creches, e uma escola para o bairro. Os moradores chamaram a atenção pra relatar que no conjunto encontra-se uma escola em construção.

No gráfico 11, abaixo, foi averiguada a opinião dos moradores do conjunto, fazendo a seguinte pergunta, o que eles achavam que devia ser melhorado, citando as opções a seguir, Infraestrutura (pavimentação, saneamento básico etc.); espaços de lazer (praças, parques, etc.); atendimento de serviços creches, escolas, posto de saúde etc.); também foi colocada a opção transportes públicos e outros para ficar livre citar o que quisessem, mas não responderam nenhuma das duas últimas opções, por isso no gráfico apresenta apenas os resultados mais relevantes.

Gráfico 11 – Itens que devem ser melhorado no conjunto habitacional



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

O gráfico 11 aponta que 2% da população acham necessário melhorar a infraestrutura do conjunto, 4% da população opinaram deve melhorar os de espaços de lazer, durante os dias que foram realizadas visitas ao conjunto a população residente enfatizavam que não havia espaço de lazer no conjunto habitacional Residencial Agreste, e 94% explicavam que era necessário melhorar os atendimentos de serviços públicos, relatando que é difícil morar distante da área urbana, para ter acesso a creche, escola e posto de saúde.

Finalizando a entrevista no conjunto buscando entender o que os moradores poderiam citar de aspectos positivos e negativos do conjunto ficando livre responder sem marcar uma alternativa citada. O resultado está no quadro 1.

Quadro 1 - Aspectos positivos e negativos do conjunto

ASPECTOS POSITIVOS				
Casa própria	Transporte	Não souberem responder	Tranquilidade	Convivência com os vizinhos
58%	12%	14%	8%	8%
ASPECTOS NEGATIVOS				
Infraestrutura	Segurança	Pavimentação	Serviços públicos	
46%	12%	4%	38%	

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Os aspectos positivos citados no conjunto, principalmente, foram o fato de possuírem uma casa própria para morar, resultando em 58% das respostas, o segundo mais citado que não havia nada de positivo, o terceiro mais transporte, e em quarto lugar a tranquilidade e a convivência com os vizinhos. Os aspectos negativos que foram citados em primeiro lugar foram à infraestrutura precária, o segundo mais citado foram à falta de serviços públicos, em terceiro lugar a falta de segurança.

Com a pesquisa realizada no conjunto foi possível perceber que não havia serviços públicos fornecidos de maneira que suprisse as necessidades da população residente do conjunto.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apontou que o conjunto habitacional estudado apresenta uma infraestrutura precária, conseqüentemente a população residente sofre diariamente por causa da infraestrutura, na qual já deveria ser pensada para quando as casas passarem a ser entregues a população contemplada poder obter acesso a serviços que são disponibilizados pelo o estado para a população.

É de grande relevância o planejamento para essas construções para garantir as famílias que passaram a residir em conjuntos habitacionais tenham acesso a saneamento básico, saúde, educação e segurança, pois o estudo no Conjunto Habitacional de Interesse Social Residencial Agreste apresenta falhas no que diz respeito aos serviços acima citados.

O conjunto habitacional não possui toda a infraestrutura necessária para a população residente, pois o mesmo apresenta problemas com saneamento básico, ainda não possui escola

ou creches, tornando-se necessário às crianças se deslocar para estudar em outras localidades da cidade, e não possui posto de saúde para atendimento básico.

Mas, ainda sim, não podemos deixar de evidenciar a importância de programas sociais no qual propiciam uma moradia para uma camada da população que não conseguiria sem a colaboração do estado. É necessária uma maior fiscalização através de órgãos responsáveis por esses programas para aprovação das obras a serem construídas, pois para o financiamento desses programas existem normas a serem cumpridas nas quais as construtoras negligenciam, visando o barateamento de custos das obras, compram em áreas para a construção do conjunto distante da cidade, causando segregação espacial, uma das críticas apontadas para o PMCMV.

REFERÊNCIAS

BALBINO, Erick. **Alagoas 200 anos: a influência de Arapiraca no desenvolvimento econômico do estado**. Disponível em: <<http://web.arapiraca.al.gov.br/2017/09/alagoas-200-anos-a-influencia-de-arapiraca-no-desenvolvimento-economico-do-estado/>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

BARON, Cristina Maria Perissinotto. **A Produção da Habitação e os Conjuntos Habitacionais dos Institutos de Aposentadorias e Pensões – IAPs**. Revista Tópos, São Paulo, 2011, capa > 5, n 2. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/topos/article/view/2287/2092>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil**. Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria. 7ª edição. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 2017.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. **De Vargas a Collor: urbanização e política habitacional no Brasil**. Espaço Plural, Paraná, vol. VIII, núm. 17, 2007. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4459/445944359008.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

CARDOSO, Adauto Lucio. **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus Efeitos Territoriais**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia: Letra Capital. 2013. Série Habitação e Cidade. Disponível em: <https://observatoriodasmetropoles.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/mcmv_adauto2013.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2019.

GIOMETTI, A. B. D. R.; PITTON, S. E. C.; ORTIGOZA, S. A. G. **Leitura do Espaço Geográfico Através das Categorias:** lugar, paisagem e território. Acervo Digital da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/47175/1/u1_d22_v9_t02.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) – 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/arapiraca/panorama>>. Acesso em: 24 out. 2019.

JARDIM, Maria Chaves. SILVA, Márcio Rogério. **Programa de aceleração do crescimento (PAC). Neodesenvolvimentismo.** Scielo Books, São Paulo: Editora Unesp, 2016. Disponível Em: <<http://books.scielo.org/id/s5k33/pdf/jardim-9788579837432.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2019.

JUNIOR, Marco Antonio Costa Soares. MELLO, Leonardo Freire de. **Aspectos institucionais da produção habitacional de baixa renda no Brasil entre A República Velha e o governo FHC.** Caderno de Geografia, Minas Gerias, v. 28, n. 53, 2018. Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Geografia – Tratamento da Informação Espacial, PUC Minas. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/15324>>. Acesso em: 24 nov. 2019.

MEDEIROS, Sara Raquel Fernandes Queiroz de. **BNH:** outras perspectivas. Anais, I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade, Natal, 2010. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/Artigos%20REVISADOS/BNH,%20outra%20perspectiva.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2019.

NEGRI, Silvio Moisés. **Segregação-Espacial:** Alguns Conceitos e Análises. Revista Coletâneas do Nosso Tempo, Rondonópolis – MT, v. VII, nº 8, p. 129 a 153, 2008. Periódicos Científicos da Universidade Federal de Mato Grosso. Disponível: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/coletaneas/article/view/108/99>>. Acesso em: 24 nov. 2019.

PEGORETTI, Michela Sagrillo. SANCHES, Suely da Penha. **Dicotomia rural x urbano e segregação sócio-espacial:** uma análise da acessibilidade ligada à problemática do transporte dos estudantes do campo. XI Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR. Bahia, 2005. Disponível em: <<http://www.xienanpur.ufba.br/221.pdf>>. Acesso em 24 nov. 2019.

PEQUENO, Luis Renato Bezerra. ROSA, Sara Vieira. **Inserção Urbana e Segregação Espacial: Análise do Programa Minha Casa Minha Vida em Fortaleza.** Anais > Sessões Temáticas ST 7> Dinâmica Imobiliária, Habitação e regulação urbana, Belo Horizonte, 2015, XVI ENAPUR, Espaço, Planejamento & Insurgências. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/24487/1/2015_eve_lrbpequeno.pdf. Acesso em: 04 jun. 2018.

RIBEIRO, Rochele. GONÇALVES, Luciana. **Cidades jardins e sustentabilidade: o significado do verde.** Anais, Congresso Novos Direitos, São Carlos, p. 81, 2015. Universidade Federal de São Carlos. Disponível em: http://www.novosdireitos.ufscar.br/congresso/copy8_of_ANAISDOICONGRESSONOVOSDIREITOS.pdf>. Acesso em 01 jan. 2020.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas Cidades Brasileiras.** Habitação e Especulação o Direito à Moradia os Movimentos Populares. 5ª edição. São Paulo. Editora Contexto, p. 54, ano 1994. (Coleção repensando a geografia)

ROMAGNOLI, Alexandre J. **O programa “minha casa minha vida”:** continuidades, inovações e retrocessos. Revista TEMAP – Temas de Administração Pública, São Paulo, Edição Especial, v. 4, n. 7. (2012). Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/temasadm/article/view/6181/4646>>. Acesso em: 24 nov. 2019.

RUBIN, Graziela Rossato. **Análise dos Programas Habitacionais em Santa Maria: O Caso do Conjunto Habitacional Tancredo Neves.** 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Santa Maria, 2013. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/ppggeo/images/Gr.pdf>>. Acesso em: 01 Jun. 2018.

SILVA, Marlon Lima da. TOURINHO, Helena Lúcia Zagury. **Território, territorialidade e Fronteira:** o problema dos limites municipais e seus desdobramentos em Belém/PA. Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (BrazilianJournalofUrban Management), 2017 jan./abr., 9 (1), 96-109. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/urbe/v9n1/2175-3369-urbe-2175-3369009001AO09.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2019.

SOARES, Isabelle Oliveira et al. **Interesses especulativos, atuação do Estado e direito à cidade:** o caso do programa “Minha Casa Minha Vida” em Uberaba (MG). Urbe: Revista Brasileira de Gestão Urbana (BrazilianJournalofUrban Management), v. 5, n. 1, p. 119-131, jan./dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/urbe/v5n1/a09v5n1.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2019.

TAVARES, Camila Christiana de Aragão. A síntese das Artes nos Congr s Internationaux D'Architecture Moderne - CIAM: a cidade contemporânea. Anais, 26  Encontro da Associa o Nacional dos Pesquisadores em Artes Plásticas, Campinas/SP, p. 3293, 3294, 2017. Disponível em: <http://anpap.org.br/anais/2017/PDF/S08/26encontro_TAVARES_Camila_Christiana_de_Arag%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2020.

ZAPELINI, M. B.; LIMA, J. G.; GUEDES, M. C. Evolu o da Política Habitacional no Brasil (1967-2014): Uma análise de Equ brio Pontuado. Bahia, RIGS – revista interdisciplinar de gestão social, 2017. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/rigs/article/view/24304/15951>>. Acesso em: 29 set. 2019.